

PROCESSO TCE Nº 124.304
ENTIDADE: Fundação de Tecnologia do Acre - FUNTAC
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas Anual da Fundação de Tecnologia do Acre – FUNTAC, referente ao exercício de 2016.
RESPONSÁVEL: Sílvia Luciane Basso
ADVOGADAS: Joana de Souza Rocha e Manyra Braz da Gama
RELATORA: Cons. Dulcinéa Benício de Araújo
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

ACÓRDÃO Nº 11.340/2019

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. IRREGULARIDADE. RESTOS A PAGAR SEM COBERTURA FINANCEIRA. MULTA. COMUNICAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto vencedor do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro**, com voto de desempate do Conselheiro Presidente: **1)** pela **regularidade** da Prestação de Contas Anual da Fundação de Tecnologia do Acre – FUNTAC, exercício de 2016, na gestão do Sr. **Abib Alexandre de Araújo**, e **irregularidade** na gestão da Sra. **Sílvia Luciane Basso**; **2)** pela **condenação** da Sra. **Sílvia Luciane Basso** ao pagamento de **multa** de R\$ 14.280,00 (quatorze mil duzentos e oitenta reais), pela irregularidade apontada, referente aos restos a pagar sem cobertura financeira, prevista no art. 89, II, da LCE nº 38/93; **3)** pelo **encaminhamento de cópia** da decisão ao Ministério Público, uma vez que a conduta indica a possível prática de fato típico previsto nos artigos 359-B e 359-C do Código Penal; e **4)** após as providências de estilo, pelo **arquivamento** dos

autos. Vencida a Conselheira Relatora Dulcinéia Benício de Araújo, acompanhada pelo Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro e Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia.

Rio Branco – Acre, 04 de julho de 2019.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira-Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 124.304

ENTIDADE: Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – FUNTAC, relativa a 2016.

RESPONSÁVEL: Sílvia Luciane Basso

ADVOGADAS: Joana de Souza Rocha e Manyra Braz da Gama

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE – FUNTAC**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade dos **SRS. ABIB ALEXANDRE DE ARAÚJO e SÍLVIA LUCIANE BASSO¹**.
2. Em 28 de abril de 2017, por meio do Ofício n. 326/DITG/DICON, as contas foram enviadas eletronicamente a esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, *h*², da Resolução/TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013³.
3. Consoante estabelece a Portaria n. 59, de 26-03-2008, que define a tramitação dos processos no Tribunal, houve a autuação, o registro e a distribuição por parte da **SECRETARIA DAS SESSÕES** (fl. 2) e o encaminhamento à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO**, que, após diligências, se manifestou, por meio da 3ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando irregulares as contas apresentadas pela **FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE – FUNTAC** - fls. 936/971.

¹ Diretores Presidentes nos períodos de 1º-01 a 11-02-2016 e 11-02 a 31-12-2016, respectivamente;

² Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas de todos os documentos pertinentes, especificados nos Anexos I a VIII do Manual de Referência, além das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, respeitando os prazos dispostos e a forma estabelecida nos parágrafos deste artigo.

II – até o primeiro dia útil do mês de maio do ano subsequente ao exercício findo:

h) Autarquias, Fundos e Fundações Públicas Estaduais.

³ Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução TCE-AC nº 062, de 18 de julho de 2008, a Resolução TCE-AC nº 069, de 10 de novembro de 2011, e a Resolução TCE-AC nº 074, de 12 de julho de 2012, para as prestações de contas referentes a exercícios posteriores a 2013.

4. Em obediência ao previsto no artigo 57, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, bem como aos princípios do contraditório e da ampla defesa, foi determinada a citação da Responsável, que encaminhou sua defesa às fls. 985/1.218.
5. Em relatório conclusivo às fls. 1.250/1.254, a **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO**, através da 3ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, manifestou-se pela reprovação das contas anuais da **FUNTAC**, relativa ao exercício de 2016, em razão da ausência de inscrição em restos a pagar do montante de R\$ 212.098,20 (duzentos e doze mil noventa e oito reais e vinte centavos), que tem como credora a pessoa jurídica Protege S/A, por força do Contrato n 006/2014, em descumprimento aos artigos 35, II e 37, da Lei n. 4.320/64.
6. Encaminhados os autos ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, o i. Procurador-Chefe Dr. Sérgio Cunha Mendonça se manifestou pela regularidade, com ressalva, das contas apresentadas, com fundamento no artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, propondo a determinação para a correção cabível nas próximas edições da matéria - fls. 1.260/1.262.
7. É o Relatório.
8. Rio Branco, 04 de julho de 2019.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

PROCESSO TCE N° 124.304

ENTIDADE: Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – FUNTAC, relativa a 2016.

RESPONSÁVEL: Sílvia Luciane Basso

ADVOGADAS: Joana de Souza Rocha e Manyra Braz da Gama

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

Voto

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

2. Tratam os autos da Prestação de Contas da **FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE – FUNTAC**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade dos **SRS. ABIB ALEXANDRE DE ARAÚJO e SÍLVIA LUCIANE BASSO**.

3. Nesse caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e a Resolução-TCE n. 87/2013, tendo sido encaminhada tempestivamente e com a documentação necessária ao seu processamento, atendendo ao requisito da integralidade;

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** pela **FUNDAÇÃO** foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013⁴. Quanto ao

⁴ Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque; VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno

profissional da área de contabilidade, responsável pela elaboração dos demonstrativos apresentados, ressalte-se que foi apresentada a Certidão de Regularidade Profissional expedida pelo respectivo Conselho⁵.

c) prosseguindo, também foi enviado o **RELATÓRIO SINTÉTICO** dos decretos de abertura de créditos adicionais (SIPAC, Anexos da PCA, Item VII, Doc. Nº 12, fls. 1/3) no qual estão relacionados todos os valores relativos às anulações e suplementações orçamentárias, ressaltando-se, ademais, que tal relatório está em consonância com o demonstrado no Balanço Orçamentário;

d) com base nas informações contidas no tópico anterior, chegou-se à conclusão que o orçamento previsto para o exercício de 2016, o qual foi aprovado pela Lei Estadual n. 3.098, de 31-12-2015, e estimava receitas e despesas no patamar de R\$ 27.540.800,00 (vinte e sete milhões quinhentos e quarenta mil e oitocentos reais), quedou prevendo uma dotação final, após suplementações⁶ e anulações⁷, de R\$ 29.347.605,63 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta e sete mil seiscentos e cinco mil e sessenta e três centavos);

e) o demonstrativo contábil anual da execução orçamentária e financeira foi devidamente encaminhado juntamente com seus anexos, os quais passarei a analisar:

e.1) o BALANÇO ORÇAMENTÁRIO demonstra, do ponto de vista do planejamento, uma situação de desequilíbrio entre a receita efetivamente arrecadada (R\$ 6.946.230,07) e a despesa realizada no exercício de 2016 (R\$ 10.490.073,13), na ordem R\$ 3.543.843,06 (três milhões quinhentos e quarenta e três mil oitocentos e quarenta e três reais e seis centavos);

e.2) o BALANÇO FINANCEIRO refletiu as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos extra orçamentários, conjugados com o saldo

⁵ Art. 10 O arquivo contendo a remessa mensal de dados deverá ser assinado digitalmente pelo titular dos poderes, órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público, bem como profissional responsável pela contabilidade e controlador interno.

§ 1º Todos os demonstrativos contábeis deverão conter a assinatura, o nome do profissional responsável, bem como o número de seu registro profissional regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

⁶ R\$ 4.874.059,27

⁷ R\$ 3.067.253,64

proveniente do exercício anterior, cabendo destacar que o saldo no exercício, no valor de R\$ 209.890,83 (duzentos e nove mil oitocentos e noventa reais e oitenta e três centavos) foi devidamente confirmado;

e.3) quanto ao **BALANÇO PATRIMONIAL**, evidenciou o patrimônio do órgão, apresentando um saldo patrimonial de R\$ 37.420.942,43 (trinta e sete milhões quatrocentos e vinte mil novecentos e quarenta e dois reais e quarenta e três centavos), tendo sido apresentado o Inventário Analítico dos Bens Móveis e Imóveis, assim como a Relação de Movimentação Mensal de Almojarifado – RMMA, atendendo à Resolução-TCE n. 87/2013 (Manual de Referência, 3ª edição);

e.4) prosseguindo, a **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**, evidenciou as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, ressaltando-se que houve o resultado de R\$ 201.897,08 (duzentos e um mil oitocentos e noventa e sete reais e oito centavos);

e.5) quanto à **DÍVIDA**, ressalte-se que não há **DÍVIDA FUNDADA** e quanto à **DÍVIDA FLUTUANTE**, observou-se registrado o montante de R\$ 7.993,75 (sete mil novecentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), e havia disponibilidade financeira para custear;

f) no tocante aos **DEMONSTRATIVOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS**, previsto no item VIII do Anexo VI da Resolução-TCE n. 87/2013 (Manual de Referência 3ª edição), verifica-se o valor contratado no exercício de R\$ 6.251.562,07 (seis milhões duzentos e cinquenta e um mil quinhentos e sessenta e dois reais e sete centavos), destacando-se que no Contrato n. 006/2014, firmado com a pessoa jurídica Protege S/A, no valor de R\$ 413.838,72 (quatrocentos e treze mil oitocentos e trinta e oito reais e setenta e dois centavos), houve o empenho n. 7613010493, de 28-09-2016, no valor de R\$ 212.098,20 (duzentos e doze mil noventa e oito reais e vinte centavos), que foi cancelado ao fim do exercício (em 22-12-2016, fl. 562), para a realização de novo empenho no exercício seguinte, em inobservância às cláusulas contratuais e aos

artigos 35, II e. 37 da Lei n. 4.320/64⁸, tendo em vista que deveria ter havido a inscrição em restos a pagar.

Em sua defesa, a Responsável informou que a pessoa jurídica contratada propôs demanda judicial antes do encerramento do exercício em análise (02-12-2016)⁹, objetivando o recebimento do montante de R\$ 143.057,39 (cento e quarenta e três mil cinquenta e sete reais e trinta e nove centavos) e diante da cobrança de juros e multa, não foi realizado o pagamento, ficando-se no aguardo do deslinde final do processo judicial.

A não inscrição em restos a pagar de determinada dívida compromete a fidedignidade dos demonstrativos apresentados, devendo-se ressaltar que não houve novo empenho no exercício seguinte, conforme previa o § 6º do artigo 5º¹⁰ do Decreto Estadual n. 5.622, de 30-11-2016, que dispunha sobre o encerramento do exercício financeiro de 2016. Contudo, diante da ausência de norma editada por esta Corte de Contas, contendo a classificação de irregularidades e ressalvas, e considerando que o valor do empenho anulado corresponde a pouco mais de 2% (dois por cento) das despesas realizadas no exercício, entendo que, excepcionalmente, a falha detectada pode ser considerada ressalva, nos termos do artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93¹¹.

g) quanto aos **RECURSOS RECEBIDOS** (item IX, do Anexo VI, da Resolução -TCE n. 87/2013), observou-se o repasse do montante de R\$ 7.501.349,36 (sete milhões

⁸ Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

II - as despesas nele legalmente empenhadas.

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

⁹ Autos n. 0713888-32.2016.8.01.0001, em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco. A citação ocorreu em junho/2017. Disponível em:

<https://esaj.tjac.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=01000AHIV0000&processo.foro=1&uuidCaptcha=sajcaptcha_f9d46ff380d8492ba8fd201e358c3b70>;

¹⁰ § 6º Havendo real interesse da administração e obedecidos todos os procedimentos legais, os valores de que trata este artigo poderão ser reempenhados até o montante dos saldos anulados, à conta do orçamento do exercício de 2017, como DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, observada a classificação orçamentária correspondente.

¹¹ Art. 51 - As contas serão julgadas:

II - regulares com ressalva, quando apuradas omissão, impropriedade contábil ou falhas formais que não representem prejuízo ou risco de dano patrimonial, valendo as ressalvas como determinação para que o responsável, ou seu sucessor, tome providências para corrigi-las;

quinhentos e um mil trezentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos), consoante o Relatório Técnico, às fls. 962/963;

h) no que diz no que diz respeito ao **PARECER DO CONTROLE INTERNO** e aos **DEMONSTRATIVOS DOS RECURSOS CONCEDIDOS, DAS OBRAS CONTRATADAS, DAS CONCESSÕES DE SUPRIMENTO DE FUNDOS E DAS DIÁRIAS**¹² foram atendidos os itens XVI, X, XI, XII e XIII, do Anexo VI da Resolução-TCE n. 87/2013;

i) por fim, quanto à gestão da Fábrica de Preservativos Masculinos - NATEX cuja manutenção está exclusivamente relacionada ao recebimento de recursos de Convênios Federais e cota-parte do Governo do Estado, foram determinadas no Acórdão n. 10.615, de 1º-02-2018¹³, proferido nos autos da Prestação de Contas relativas ao exercício de 2015 (autos n. 22.139.2016-01), a elaboração e apresentação de um Plano de Sustentabilidade Financeira da Fábrica de Preservativos Masculinos – NATEX, devendo a DAFO continuar acompanhando essa questão;

4. Assim, ante o exposto, **VOTO**, nos termos do artigo 51, incisos I e II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, pela:

3.1) APROVAÇÃO da prestação de contas da **FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE – FUNTAC**, relativa ao exercício de 2016, considerando-a **REGULAR** na gestão do **SR. ABIB ALEXANDRE DE ARAÚJO** e considerando-a **REGULAR, COM RESSALVAS**, na gestão da **SRA. SÍLVIA LUCIANE BASSO**, valendo como ressalva a ausência de inscrição em restos a pagar do montante de R\$ 212.098,20 (duzentos e doze mil noventa e oito reais e vinte centavos), que tem como credora a pessoa jurídica Protege S/A, por força

¹² No valor de R\$ 290.244,85;

¹³ EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE. REGULARIDADE. 1. Verificado que as contas da unidade expressam, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos financeiros e contábeis, assim como a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão responsável, julga-se regular a Prestação de Contas, nos termos do art. 51, I, da Lei Complementar estadual n. 38/1993. Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, POR UNANIMIDADE, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: 1) APROVAR a PRESTAÇÃO DE CONTAS DA FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE – FUNTAC, relativa ao exercício de 2015, considerando-a REGULAR na gestão dos SRS. MÁRCIO VERÍSSIMO CARVALHO DANTAS, DIRLEI BERSCH e ABIB ALEXANDRE DE ARAÚJO; 2) DETERMINAR ao atual RESPONSÁVEL pela entidade que, na próxima prestação de contas anual, apresente a este Tribunal de Contas um Plano de Sustentabilidade Financeira da Fábrica de Preservativos Masculinos – NATEX; 3) REMETER cópia deste Acórdão à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – DAFO, para acompanhamento e 4) ARQUIVAR o feito, após as formalidades de estilo.

do Contrato n 006/2014, em descumprimento aos artigos 35, II e 36, da Lei n. 4.320/64;

3.2) REMESSA de cópia deste Acórdão ao atual Gestor da **FUNTAC**, assim como do Acórdão n. 10.615/2015, para conhecimento e adoção de providências;

3.3) após as formalidades de estilo, **REMESSA** dos autos ao **ARQUIVO**.

5. É como Voto.

6. Rio Branco, 04 de julho de 2019.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

PROCESSO TCE Nº 124.304
ENTIDADE: Fundação de Tecnologia do Acre - FUNTAC
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas Anual da Fundação de Tecnologia do Acre – FUNTAC, referente ao exercício de 2016.
RESPONSÁVEL: Sílvia Luciane Basso
ADVOGADAS: Joana de Souza Rocha e Manyra Braz da Gama
RELATORA: Cons. Dulcinéa Benício de Araújo
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

VOTO VENCEDOR

Cingem os autos à Prestação de Contas Anual da Fundação de Tecnologia do Acre – FUNTAC, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade da Sra. Sílvia Luciane Basso.

O Relatório Conclusivo de Análise Técnica, acostado às fls. 1250/1254, apontou a pendência de irregularidade referente a ausência de inscrição em restos a pagar no exercício de 2016 do montante de R\$ 212.098,20 (duzentos e doze mil e noventa e oito reais e vinte centavos), em favor da empresa Protege S/A, referente ao Contrato nº 006/2014, em descumprimento aos arts. 35, II, e 36, ambos da Lei nº 4.320/64.

Cabe a esta Corte a verificação da responsabilidade pela pretensão de pagamentos e a existência de irregularidades pelo não registro contábil de restos a pagar ou o seu registro sem cobertura financeira.

A realização de despesa (e o consequente não pagamento) sem disponibilidade de recursos financeiros é irregularidade prevista no artigo 9º combinado com artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000. Além disso, os fatos narrados indicam a possibilidade de fato típico previsto nos artigos 359-B e 359-C do Código Penal. Assim, não restam dúvidas acerca da irregularidade cometida.

Salienta-se, por oportuno, que este vem sendo o entendimento exarado da jurisprudência desta Corte de Contas, independente do montante com ausência de cobertura financeira, razão pela qual **VOTO**:

- 1) Pela **regularidade** da Prestação de Contas Anual da Fundação de Tecnologia do Acre – FUNTAC, exercício de 2016, na gestão do Sr. **Abib Alexandre de Araújo**, e **irregularidade** na gestão da Sra. **Silvia Luciane Basso**;
- 2) Pela **condenação** da Sra. **Silvia Luciane Basso** ao pagamento de **multa** de R\$ 14.280,00 (quatorze mil duzentos e oitenta reais), pela irregularidade apontada, referente aos restos a pagar sem cobertura financeira, prevista no art. 89, II, da LCE nº 38/93;
- 3) Pelo **encaminhamento de cópia** da decisão ao Ministério Público, uma vez que a conduta indica a possível prática de fato típico previsto nos artigos 359-B e 359-C do Código Penal; e
- 4) Após as providências de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como Voto.

Rio Branco – Acre, 04 de julho de 2019.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor